

NET Serviços de Comunicação S.A.  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 00.108.786/0001-65  
NIRE nº 35.300.177.240

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

**DATA, LOCAL E HORA:** Aos 02 dias do mês de setembro de 2005, na sede da Net Serviços de Comunicação S/A ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, nº 1.356, às 11:00 horas.

**CONVOCAÇÃO:** Realizada nos termos previstos no artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

**PRESEÇA:** Compareceram à Reunião os Conselheiros representando o quorum necessário, conforme assinaturas apostas abaixo.

**MESA:** Presidente: Jorge Luiz de Barros Nóbrega; Secretário: André Müller Borges.

**DELIBERAÇÕES:** Foi deliberado e aprovado, por unanimidade dos conselheiros presentes e sem ressalvas, o seguinte:

1. Aprovar a realização da 5ª emissão pública de debêntures da Companhia ("Emissão"), cujos principais termos e condições encontram-se descritos a seguir:

**1.1. Número da Emissão:**

A Emissão constitui a quinta emissão pública de debêntures ("Debêntures") da Companhia.

**1.2. Montante Total da Emissão:**

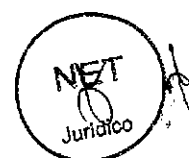
O montante total da Emissão será de R\$650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo.

**1.3. Quantidade de Debêntures:**

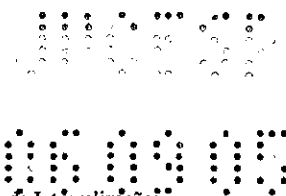
Serão emitidas 65.000 (sessenta e cinco mil) Debêntures.

**1.4. Data de Emissão:**

Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de agosto de 2005 ("Data de Emissão").



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**



**1.5. Forma de Subscrição e Prazo de Integralização:**

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme o item 1.7 abaixo) acrescido da Remuneração (conforme definida no item 1.11.2 abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data da efetiva integralização, exclusive.

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP.

**1.6. Colocação e Procedimento de Distribuição:**

1.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da Emissão, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas e investidores institucionais, tais como instituições financeiras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, seguradoras e demais administradores de recursos de terceiros.

**1.7. Valor Nominal das Debêntures:**

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

**1.8. Tipo, Forma e Conversibilidade:**

As Debêntures serão do tipo escritural, da forma nominativa e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de cautelas ou certificados.

**1.9. Espécie:**

As Debêntures são da espécie sem garantia nem preferência (quirografia).

**1.10. Prazo e Vencimento:**

O prazo das Debêntures é de 6 (seis) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de agosto de 2011 ("Data de Vencimento").

Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora procederá ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário remanescente, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* a partir da última Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido no item 1.11.4 abaixo), inclusive, até a data do respectivo pagamento em questão, exclusive.

**1.11. Atualização e Remuneração das Debêntures:**

1.11.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

1.11.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

1.11.3. Juros Remuneratórios: As Debêntures renderão juros, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

J U R I S

D I C T A

grupo”, calculadas e divulgadas pela CETIP (“Taxa DI”), acrescida, observada a fórmula constante do item 1.11.5 abaixo, de um spread de 1,50% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, ou outro spread conforme determinado no processo de bookbuilding, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 1.11.4 abaixo.

1.11.3.1 O spread mencionado no item 1.11.3 acima, poderá ser reduzido na hipótese de, em processo de bookbuilding, ser apurada taxa inferior. Nessa hipótese, a escritura de emissão das Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie sem garantia nem preferência (“Escritura de Emissão”) deverá refletir o spread apurado em bookbuilding.

1.11.4 Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a primeira Data de Pagamento em 15 de fevereiro de 2006 e a última Data de Pagamento de Remuneração coincidindo com a Data de Vencimento das Debêntures.

1.11.5 As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + TDI_k]$$

Onde:

nDI = número total de Taxas DI Over, sendo “nDI” um número inteiro;

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

**ATA**

**DE**

$TDI_k$  = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1$$

, onde: k = 1, 2, ..., n

$DI_k$  = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo "dk" um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos acrescida ao rendimento de uma debênture referenciada em taxas flutuantes, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{N}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

Onde:

Spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

N = número de dias representativo do spread, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;

n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

1.11.6 A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão  $[1 + TDI_k]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $[1 + TDI_k]$  sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

JUN 05

08:00

(c) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

1.11.7 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão das Debêntures, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do percentual, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

1.11.8 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, será utilizada em substituição à Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

1.11.9 Na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas, observada a regulamentação aplicável, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou Taxa Selic ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI ou Taxa Selic. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas neste item, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI ou Taxa Selic conhecida, conforme o caso, até a data da deliberação da Assembleia de Debenturistas.

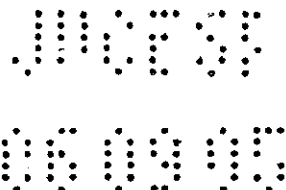
1.11.10 Caso a Taxa DI ou a Taxa Selic, conforme o caso, venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI ou a Taxa Selic, conforme o caso, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.

1.11.11. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por umas das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) A Emissora deverá pré-pagar a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pré-pagamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente ou a última Taxa Selic divulgada anteriormente, conforme o caso; ou

(ii) A Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 1.12 abaixo, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma Taxa Substitutiva definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembleia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005



Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

1.12 Data de Pagamento da Remuneração:

O pagamento da remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de agosto e fevereiro de cada ano, sendo o último pagamento em 15 de agosto de 2011.

1.13. Amortização Programada:

As Debêntures serão objeto de amortização programada de modo que o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nas seguintes datas: 15 de agosto de 2008, 15 de agosto de 2009, 15 de agosto de 2010 e 15 de agosto de 2011, comprometendo-se a Emissora a liquidar, com a última parcela de amortização programada, todas as obrigações financeiras devidas aos debenturistas. O valor de cada uma das parcelas de amortização será equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário.

1.14. Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado:

1.14.1 A Emissora poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures, a qualquer momento, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data para pagamento da amortização.

1.14.2. A amortização extraordinária poderá ser total ou parcial, sobre o Valor Nominal Unitário, na data da referida amortização, acrescido (i) da Remuneração devida calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data da respectiva amortização, exclusive; e (ii) de prêmio percentual apurado de acordo com a fórmula descrita abaixo, calculado sobre o valor da referida amortização ("Prêmio"):

Prêmio (%) =  $P \times (DD / TDC)$ , onde:

$P = 0,60\%$  (sessenta centésimos)

DD = é o número de dias corridos a decorrer até a Data de Vencimento, inclusive, contados da data estipulada para a respectiva amortização extraordinária.

TDC = 2.191 (dois mil, cento e noventa e um), que é o número total de dias corridos desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento.

1.14.3. O valor de qualquer amortização parcial extraordinária reduzirá de forma proporcional todas as parcelas vincendas de amortização.

1.15. Aquisição Facultativa:

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem colocadas novamente no mercado.

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

JUN 04  
08 09 05

**1.16. Resgate Antecipado:**

Não haverá o resgate antecipado das Debêntures.

**1.17. Vencimento Antecipado:**

1.17.1 Observados os itens 1.17.3., (a) e (b) abaixo, o Agente Fiduciário, observado os termos da respectiva Escritura de Emissão, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei nº. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, formulado pela Emissora, ou por qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, ressalvadas as operações de incorporação, fusão, extinção, liquidação ou dissolução das controladas, diretas ou indiretas, da Emissora realizadas para fins de reestruturação societária, nas quais os bens e ativos remanescentes sejam detidos pela Emissora ou por suas controladas, diretas ou indiretas;
- (c) falta de pagamento, pela Emissora, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento, não sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento;
- (d) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relevante relacionada à Emissão, salvo se, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento for sanado;
- (e) alteração do controle acionário da Emissora que não resulte na Globo Comunicações e Participações S.A. e/ou suas Afiliadas; ou a Telefônos de México, S.A. de C.V. e/ou suas Afiliadas, ou ambos, como controladores (direta ou indiretamente) da Emissora;
- (f) término, extinção ou transferência da autorização da Emissora ou de qualquer de suas controladas para a exploração de serviços de televisão a cabo, desde que afete de forma adversa e relevante a condição financeira e o resultado da Emissora, representado por uma redução de 10% (dez por cento) ou mais na receita consolidada da Emissora nos últimos 12 (doze) meses;
- (g) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora ou de qualquer de suas controladas em valor individual ou global superior ao equivalente a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), valor que será atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), a partir de 15 de agosto de 2008, ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo;
- (h) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, ou de qualquer de suas controladas, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), valor que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 15 de agosto de 2008, ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo, salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

**NET**

**DE**

terceiro, (ii) for cancelado, (iii) for pago, ou ainda (iv) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;

(i) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora ou de qualquer de suas controladas, cujo valor total ultrapasse a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), valor que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 15 de agosto de 2008, ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo, desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;

(j) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora na respectiva Escritura de Emissão ou de qualquer informação constante do prospecto definitivo relacionado diretamente às atividades da Emissora, desde que afete de forma adversa e relevante à capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas na Escritura de Emissão;

(k) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, salvo se (a) a incorporada for uma Afiliada da Emissora; ou (b) nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: (i) tal alteração societária for aprovada por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em circulação ou (ii) se for garantido o direito de resgate pelo prazo de 6 (seis) meses aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;

(l) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital da Emissora e/ou a recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

(m) deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, se estiver em mora com as obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;

(n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora que possa afetar de forma adversa e relevante a condição financeira e resultado da Emissora, representada por uma redução de 10% (dez por cento) ou mais na receita consolidada da Emissora nos últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva transferência, cessão ou promessa de cessão;

(o) não-manutenção, até o Vencimento das Debêntures, e desde que haja Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites, o que será apurado no último dia de cada trimestre tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração. Não obstante o contido na sentença anterior, para o cálculo do índice (ii) abaixo, nas datas de 31 de setembro 2005 e 31 de dezembro de 2005, a Emissora utilizará a despesa financeira anualizada com base nos períodos 31 de março de 2005 a 31 de setembro de 2005 e 31 de março de 2005 a 31 de dezembro de 2005, respectivamente:

(i) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser igual ou superior a 2,5; e

(ii) o índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido abaixo) pelas Despesas Líquidas de Juros Consolidada (conforme definido abaixo) deverá ser igual ou superior a 1,5.



**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.:  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

**NET**

**Serviços de Comunicação S.A.**

1.17.2 Para fins do disposto no item 1.17.1 acima, os termos elencados abaixo têm o significado aqui a eles determinados:

“Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos, debêntures ou garantias de dívidas de terceiros que tenham sido contraídas pela Emissora, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora, corresponde aos empréstimos, financiamentos e debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, diminuído das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata, ou aplicações de curto prazo e títulos e valores mobiliários), conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

“EBITDA” significa, para qualquer período, o lucro (prejuízo) líquido do período, acrescido das despesas de imposto de renda e contribuição social, das participações em controladas e coligadas, das despesas (receitas) financeiras líquidas, das despesas (receitas) não operacionais líquidas, da participação de acionistas minoritários e das despesas com depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

“Sociedade”, significa, qualquer indivíduo, corporação, companhia, sociedade limitada, associação voluntária, sociedade, joint venture, truste, autarquia, organização sem personalidade jurídica ou governo (ou qualquer agência, setor, ou subdivisão política dos mesmos) ou outra entidade de qualquer natureza.

“Despesa Líquida de Juros Consolidada” significa, em relação a qualquer período, a soma, sem duplicação, de: (a) despesas de juros da Emissora, acumuladas e pagas ou exigíveis em dinheiro em tal período, conforme determinado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, menos (b) a receita proveniente de juros da Emissora, acumulada e recebida ou a receber em dinheiro durante tal período, considerada de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

“Afilhada” significa qualquer Sociedade que, direta ou indiretamente, controla, é controlada ou está sob o Controle comum, direto ou indireto, com relação à sociedade em referência, sendo certo que essa definição de Afilhada, conforme caso.

“Controle” significa o poder de gerir os negócios de uma Sociedade, direta ou indiretamente, seja pela propriedade de ações ou direito a voto, por direito assegurado contratualmente ou por qualquer outra forma.

1.17.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c) e (f) do item 1.17.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

(a) Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados no item 1.17.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado os procedimentos de convocação e os *quorums* a serem previstos na Escritura de Emissão das Debêntures. A Assembléia de Debenturistas aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que na hipótese de segunda convocação o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembléia de Debenturistas nos termos da primeira convocação.

(b) A Assembléia de Debenturistas a que se refere o item (a) anterior poderá, por deliberação de, no

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

JUN 05

09 09 05

mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

1.17.4. Não se realizando a Assembléia de Debenturistas conforme disposto no item (b) supra no prazo de até 30 (trinta) dias contado da convocação, não havendo sua convocação ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, salvo se por suspensão da Assembléia de Debenturistas, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário remanescente, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e encargos.

1.17.5. Para fins dos itens (a) e (b) do item 1.17.1 acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

**1.18 Pagamento antecipado das Debêntures:**

Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, previstos no item 1.17 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário remanescente acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures a serem previstos em Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, através de carta protocolada no endereço indicado na Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 1.20 abaixo.

**1.19 Prorrogação de Pagamento:**

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na cidade de São Paulo.

**1.20 Encargos Moratórios:**

Ocorrendo impontualidade da Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**1.21. Resgate das Debêntures em caso de Incorporação, Fusão ou Cisão:**

1.21.1 A Emissora poderá ser objeto de operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembléia de Debenturistas, se for assegurado aos

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

**REUNÃO**

**DEBÊNTURES**

Debenturistas que o desejarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares.

1.21.2 Os Debenturistas que optarem por terem suas Debêntures resgatadas nos termos deste item deverão manifestar sua intenção, por escrito, à Emissora na forma a ser estabelecida na Escritura de Emissão.

1.21.3 Em até 5 (cinco) dias contados do aviso enviado nos termos do item anterior, a Emissora deverá promover o resgate das Debêntures detidas pelo Debenturista notificante, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

1.21.4 O resgate das Debêntures objeto da notificação especificada no item 1.21.2 acima dar-se-á (i) através de operação de compra e venda definitiva, conforme o regulamento de operações do Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), no mercado secundário, em relação às Debêntures registradas no SND, ou (ii) de acordo com os procedimentos especificados pela CBLC (os quais deverão ser seguidos pelos Agentes de Custódia na CBLC), em relação às Debêntures registradas no BOVESPAFIX e custodiadas na CBLC.

**1.22. Repactuação:**

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

**1.23. Registro:**

1.23.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, devidamente consolidada, na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400/03") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002 ("Código ANBID").

1.23.2. As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP").

2. Autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as providências necessárias para implementar e executar todos os atos e documentos necessários para a realização e o registro da Emissão junto Comissão de Valores Mobiliários, inclusive, mas não se limitando, a: (i) firmar a Escritura de Emissão; (ii) contratar o agente fiduciário dos debenturistas, assim como instituições financeiras para coordenar a emissão e colocação das Debêntures, agente escriturador, banco mandatário e demais prestadores de serviços necessários à implementação da operação; e (iii) requerer as devidas aprovações e/ou dispensas para a emissão das Debêntures perante as autoridades competentes.



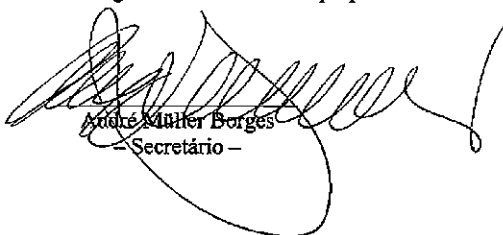
**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.  
REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2005**

JUNTA

COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**ENCERRAMENTO e ASSINATURA:** Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata que, após lida, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes assim como pelo Presidente, Secretário. Assinaturas: Presidente: Jorge Luiz de Barros Nóbrega; Secretário: André Müller Borges. Conselho de Administração: Jorge Luiz de Barros Nóbrega, Sérgio Lourenço Marques, Stefan Alexander, Rossana Fontenele Berto, Guilherme Perboyre Cavalcanti, Juarez de Queiroz Campos Jr., Marcos da Cunha Carneiro, Carlos Henrique Moreira, Jorge da Gama Braga Neto, Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho, João Adalberto Elek Jr. e Edgard Lobão dos Santos.

Confere com original lavrado em livro próprio.

  
André Müller Borges  
- Secretário -

